

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Bruno Vitorino Alves

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA
DA LEI E DA ORDEM**

**Resende
2021**

Bruno Vitorino Alves

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA
DA LEI E DA ORDEM**

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Daniel Braga Lira Bastos

**Resende
2021**

Bruno Vitorino Alves

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA
DA LEI E DA ORDEM**

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Apresentado em _____ de _____ de 2021:

Banca examinadora:

Daniel Braga Lira Bastos, 1º Tenente
(Presidente/Orientador)

**Resende
2021**

Dedico este trabalho a Deus, minha rocha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço meus Pais e meus Irmãos por insistirem em meus sonhos e me apoiarem além das possibilidades, que me ensinaram que a vida se leva além do dever, lição essa que é muito parecida com tudo o que aprendemos na caserna desde o primeiro dia.

Agradeço aos meus instrutores, militares exemplares que guiaram a formação do meu caráter profissional, desde a estrela abençoada até o 4º ano da AMAN. As experiências anteriores, acrescidas de todo o aprendizado na caserna, nos fazem entender que temos uma nobre missão e que ela tem nome: ser Soldado!

Agradeço ainda à minha esposa por se manter firme em nosso propósito junto a Deus e aos nossos sonhos.

Josué 1.9: “Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem se desanime, pois Eu, o Senhor, o seu Deus, estarei com você por onde você andar”

RESUMO

O EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

AUTOR: Bruno Vitorino Alves
ORIENTADOR: Daniel Braga Lira Bastos

Com a densa concentração populacional dos grandes centros urbanos e a crescente da violência que se instalou nestas regiões por conta da vulnerabilidade social das populações mais pobres, um problema de segurança pública se desenvolveu em grande parte dos países sul-americanos: o tráfico de drogas. O tráfico é o meio pelo qual as organizações criminosas comercializam seus produtos, as drogas e armas, sendo as armas vindas do exterior para o Brasil com a finalidade de sustentar a exportação das drogas para outros continentes, como Europa, Ásia e América do Norte. Neste contexto o Brasil surge como interposto e o Rio de Janeiro como uma das cidades que ganhou maior notoriedade pela mídia, quando tal assunto é explorado. Desde 2008 o Governo Estadual do Rio de Janeiro tem solicitado o envio de tropas pelo Governo Federal, com a finalidade de auxiliar no combate ao crime organizado e estabilizar a crise que o Estado do Rio de Janeiro enfrenta com a segurança Pública, tendo em vista a fragilidade organizacional da segurança pública estadual em combater o problema instalado. Diante disso, o presente trabalho visa um breve estudo de caso sobre a Operação São Francisco, desencadeada entre 2014 e 2015, no Complexo da Maré, com a finalidade de analisar a função dos Pelotões de Fuzileiros de Infantaria na Força de Pacificação São Francisco, na Garantia da Lei e da Ordem, a fim de apresentar o resultado das ações como benefícios para a sociedade civil.

Palavras-chave: Garantia da Lei e da Ordem; Organizações Criminosas; e Operação São Francisco.

ABSTRACT

THE EMPLOY OF INFANTRY PLATOON ON LAW-AND-ORDER GARANTEE OPERANTIONS

AUTHOR: Bruno Vitorino Alves
ADVISOR: Daniel Braga Lira Bastos

With the dense populational concentration of large urban centers and the growing violence that has been installed previously due to the social vulnerability of the poorest populations, a public security problem has developed in most South American countries: drug dealing. The drug dealing is how criminal associations market their products, drugs and weapons, with arms coming from abroad to Brazil with a great deal of supporting the export of drugs to other continents, such as Europe, Asia and North America. In this context, Brazil emerges as an intermediary and Rio de Janeiro as one of the cities that gained greater notoriety by the media, when this subject is explored. Since 2008 the State Government of Rio de Janeiro has requested the sending of troops by the Federal Government, with a great help in combating organized crime and stabilizing the crisis that the State of Rio de Janeiro faces with public security, in view of the organizational weakness of the state law-and-enforcement in combating the installed problem. Considering this, the present work aims at a brief case study on Operation São Francisco, launched between 2014 and 2015, in “Complexo da Maré”, with the review of the analysis of the role of the Infantry Platoons in the São Francisco Pacification Force, in the Guarantee of Law and Order, to present the results of the actions as benefits for civil society.

Keywords: Guarantee of Law and Order; Criminal associations; and Operation São Francisco.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidades integrantes do Complexo da Maré e sua formação.....	19
Tabela 2 – Classificação das Operações Militares.....	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município do Rio de Janeiro.....	18
Figura 2 – Posicionamento geográfico do Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro.....	20
Figura 3 – Dimensões do Ambiente Operacional.....	23
Figura 4 – Níveis de planejamento e condução das atividades militares.....	25
Figura 5 – O Ambiente Organizacional Interagências.....	26
Figura 6 – Domínio das Organizações Criminosas no Complexo da Maré.....	31
Figura 7 – Delimitação da Área de Operações da F Pac São Francisco.....	32
Figura 8 – Dimensão Física – A disposição arquitetônica da Área de Operações.....	32
Figura 9 – Dados sobre a intervenção na Maré 2014.....	33
Figura 10 – Força de Pacificação.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posto ou Graduação do entrevistado, durante o período em que foi integrante da Força Pacificação.....	37
Gráfico 2 – Função exercida pelos militares durante a missão.....	38
Gráfico 3 – Experiência anterior em missões em ambiente urbano.....	38
Gráfico 4 – Natureza de Operação Coordenada com demais elementos.....	39
Gráfico 5 – Tipo da operação realizada.....	39
Gráfico 6 – Tipo de ocorrências relatadas pelos entrevistados.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Amv	Aeromóvel
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
Bda	Brigada
Btlh	Batalhão
C ²	Comando e Controle
Cia	Companhia
COHAB	Companhia de Habitação
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CV	Comando Vermelho
EB	Exército Brasileiro
ESA	Escola de Sargento das Armas
F ADV	Força Adversa
F PAC	Força de Pacificação
FFAA	Forças Armadas
FT	Força-tarefa
FT OP FUZ NAV	Força-Tarefa Operacional de Fuzileiros Navais
FT SD	Força-tarefa Santos Dumont
GC	Grupo de Combate
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
Hab Loc	Habitante Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inf	Infantaria
Inf L	Infantaria Leve
Inf Mtz	Infantaria Motorizada
LC	Lei Complementar
MD	Ministério da Defesa
MJ	Ministério da Justiça
Mnt	Manutenção
Mth	Montanha
OBA	Operação de Busca e Apreensão
OCCA	Operação de Cooperação e Coordenação entre Agências
ONU	Organização das Nações Unidas
Op GLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
Or Crim	Organização Criminosa
OSP	Órgão de Segurança Pública
PA INTS	Patrulha Intensiva
PA OST	Patrulha Ostensiva
PBCV	Posto de Bloqueio e Controle de Vias
PE	Polícia do Exército
Pel Fuz	Pelotão de Fuzileiros
Pqdt	Paraquedista
PR	Presidente da República
PSE	Posto de Segurança Estático
Sd	Soldado
TCP	Terceiro Comando Puro
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
Z AÇ	Zona de Ação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 Objetivo geral.....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 EXÉRCITO BRASILEIRO – 473 ANOS DE PACIFICAÇÃO.....	14
2.1.1 O esforço do Império.....	14
2.1.2 Atualidade.....	14
2.2 INSTABILIDADE SOCIAL CARIOCA.....	15
2.2.1 Rio de Janeiro – Como surgiram as Organizações criminosas	15
2.2.2 Indicadores Fisiográficos	16
2.3 OPERAÇÕES DE NÃO-GUERRA E GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.....	20
2.3.1 Garantia da Lei e da Ordem – Ordenamento Jurídico.....	20
2.4 A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE.....	22
2.4.1 Operações de Não-Guerra.....	22
2.4.2 Missões desenvolvidas por um Pelotão de Fuzileiros.....	27
2.4.2.1 Posto de Bloqueio e Controle de Vias.....	28
2.4.2.2 Posto de Segurança Estático.....	29
2.4.2.3 Operação de Busca e Apreensão.....	29
2.4.2.4 Operação de Controle de Distúrbios.....	29
2.4.2.5 Escolta de comboio.....	29
2.4.2.6 Manutenção de ponto forte.....	30
2.4.2.7 Patrulhamento Intensivo.....	30
2.5 DESAFIOS DO EMPREGO DA TROPA.....	30
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	36
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	36
3.2 MÉTODOS.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Em virtude da crescente violência na cidade do Rio de Janeiro, e da proximidade com os grandes eventos a serem sediados pelo Brasil na capital fluminense, o Estado do Rio de Janeiro solicitou ao Governo Federal o auxílio de tropas com a finalidade de pacificar o Complexo da Maré e instalar uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade, como continuidade a um conjunto de medidas que vinham sendo tomadas desde 2008.

A partir da pacificação de zonas dominadas por Organizações Criminosas (Or Crim) os elementos remanescentes refugiaram-se em outras comunidades que pudessem lhes prover apoio, de modo que o Complexo da Maré se tornou alvo de três facções criminosas que disputavam áreas de influência naquela região, sendo elas: Terceiro Comando Puro (TCP), Comando Vermelho (CV) e Milicianos.

Considerando o contexto exposto, a Presidente à época, Dilma Rousseff, decretou a utilização de tropas federais para pacificar a área em questão. Desta forma, a Diretriz Ministerial nº 9/2014, do Ministério da Defesa (MD), foi expedida após ter o Governo Estadual do Rio de Janeiro acordado a solicitação de Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) com o MD e o Ministério da Justiça (MJ).

A partir de tal acordo, formou-se uma Força de Pacificação (F Pac) denominada São Francisco. A Operação São Francisco tinha por objetivo permitir, por meio de operações militares para coibir as ações criminosas das Forças Adversas (F Adv), que o Governo Estadual pudesse empregar os meios necessários para prestar serviços em benefício da população.

Nesse contexto surge o seguinte questionamento: Qual a função dos Pelotões de Fuzileiros (Pel Fuz) das tropas de Infantaria nessa operação e qual benefício de suas ações para a sociedade civil?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a função dos Pelotões de Fuzileiros de Infantaria na F Pac São Francisco, na Garantia da Lei e da Ordem, a fim de apresentar o resultado das ações como benefícios para a sociedade civil.

1.1.2 Objetivos específicos

Analisar as problemáticas em que a sociedade carioca se encontra imersa, especificamente o Complexo da Maré, evidenciando indicadores que possibilitem correlacionar de forma coerente quais dados mais recorrentes resultam da violência urbana.

Definir o que são as Operações de Garantia da Lei e da Ordem utilizando os dispositivos legais vigentes.

Enunciar os dispositivos doutrinários atuais que balizam o desenvolvimento da operação de não guerra no contexto das Operações de Cooperação e Coordenação entre Agências (OCCA).

Analisar formulários preenchidos por militares que participaram da missão, a fim de correlacionar os dados de manual com os fatores percebidos pela tropa durante a execução da missão, bem como as oportunidades de melhoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EXÉRCITO BRASILEIRO – 473 ANOS DE PACIFICAÇÃO

2.1.1 O esforço do Império

Ao longo da história do Brasil, de acordo com a historiografia militar terrestre, houve períodos de resistência e rebeliões internas que geraram conflitos de brasileiros contra brasileiros. Dentre as revoltas que ocorreram em solo brasileiro, o Serviço de Documentação da Marinha (2006) destacou em seu livro de Introdução à História Marítima Brasileira as rebeliões citadas abaixo.

O primeiro conflito interno ocorreu no período regencial- A Cabanagem, no Grão-Pará, que em 1835 com a ocupação da capital da província, Belém. Durante o ocorrido, as forças militares atuaram contra focos rebeldes difundidos por um território inabitado e desconhecido, a floresta amazônica. A luta ocorreu até 1840, com a ação conjunta da Força Naval e das tropas do Exército debelando a resistência dos cabanos por todo o Pará. Após isso, a Guerra dos Farrapos, rebelião no sul do Império que durou dez anos, de 1835 a 1845, atingiu uma região de fronteira já conturbada por conflitos externos.

A Balaiada, agitação que tomou conta das Províncias do Maranhão e do Piauí, entre 1838 e 1841, reuniu a população pobre e os escravos contra as autoridades constituídas da própria província. Uma década após, a Revolta Praieira ocorreu em Pernambuco em novembro de 1848. Iniciada na capital, tomou corpo nas vilas e engenhos da zona da mata e interior pernambucanos.

Assim, graças ao esforço hercúleo do império e de heróis da pátria, encravados na história do País, o Brasil manteve sua unidade e integridade. Patriotas como Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, atuaram com justiça e rigor a fim de dissuadir qualquer ameaça ao Brasil e ao seu povo.

2.1.2 Atualidade

Já na história contemporânea brasileira, o desafio dos heróis desta Era é manter a segurança interna, negando às Organizações Criminosas o controle de seus recursos e combatendo a permeabilidade e a ocorrência de ilícitos no território nacional, situação que ameaça a soberania do nosso País.

De acordo com Alessandro Visacro (2009), o tráfico internacional de armas e drogas se transformou em um negócio extremamente rentável para as Organizações Criminosas, que se aliam a

organizações terroristas e máfias com a finalidade de aumentar a sua permeabilidade em países ao redor do globo.

O poder público não dispõe de políticas e recursos orçamentários que lhe permitam combater efetivamente a violência em sua origem. As corporações policiais não acompanharam a evolução organizacional e tecnológica do tráfico de entorpecentes e de armas. A legislação brasileira é inadequada. O sistema carcerário tornou-se parte delicada do problema. O mercado consumidor interno de drogas ilícitas se expande e com ele o patrocínio aos segmentos armados do narcotráfico [VISACRO, 2009].

Como já citado anteriormente, as grandes cidades estão mais suscetíveis à criminalidade por conta de sua característica do crescimento desordenado e marginalização da população pobre, que associasse às questões sociais delicadas. Porém, diferente das demais metrópoles urbanas brasileiras, o Rio possui uma característica peculiar com relação à marginalização da população pobre, as regiões de concentração da população mais empobrecida não se encontram afastada ou às margens das cidades. Como cita Visacro (2009): “O Rio de Janeiro foge desse padrão por não possuir apenas um “cinturão de indigência” em torno da cidade. Suas principais favelas encontram-se “encravadas” no meio de zonas residenciais privilegiadas” (VISACRO, 2009).

Os “cinturões de indigência” podem ser considerados, de acordo com a Professora Marília Carolina Barbosa de Souza (2012), áreas dentro de um Estado, sobre as quais o Estado, em condição de governo formal, não possui a capacidade de exercer governança. Assim, quase sempre, as ordens vigentes nestes territórios não são de conhecimento das autoridades Estatais. Nesse contexto surge o conceito de “Black Spot”, ou “buracos negros”: regiões onde as forças adversas ao Estado exercem livremente suas atividades ilícitas em a interferência estatal.

Trata-se da violência urbana, predominante em grandes cidades de países emergentes. A falha na governança por parte das autoridades centrais do Estado acaba gerando nesses locais pequenos “black spots”, situados geralmente em periferias onde as forças policiais não chegam e, por consequência, acaba vigorando normas sociais paralelas às formais. Nesses “black spots” operam com frequência gangues e narcotraficantes, que buscam expandir sua influência por regiões estratégicas e obter lucros com suas atividades ilícitas. Para tanto, utiliza-se constantemente a violência [SOUZA, 2012].

2.2 A INSTABILIDADE SOCIAL CARIOCA

2.2.1 Rio de Janeiro – Como surgiram as Organizações criminosas

A cidade do Rio de Janeiro, em seus 456 anos, presenciou momentos importantes da história do Brasil. Invasões, revoltas, a vinda da família Real Portuguesa em 1808, a ascensão do Império do Brasil em suas gerações. Durante 197 anos foi a capital do Brasil, acumulando o contraste social presente em qualquer conglomerado urbano do Mundo.

Em 1808, 30% da população que morava no Rio de Janeiro foram retirados de suas casas a fim de que os acompanhantes da família real tivessem onde ficar. Com isso, moradias coletivas começaram a surgir. Em 1880, segundo Magalhães:

Vários quilombos abolicionistas já haviam se estabelecido na periferia do Rio, como a chácara do Sr. Le Bron, no atual Leblon, o Quilombo da Penha, atualmente Vila Cruzeiro no "Complexo do Alemão" e o Quilombo da Serra dos Pretos Forros, que divide Jacarepaguá do Grande Méier (MAGALHÃES, 2010, pág. 1)

Mesmo com a extinção da escravatura, em 1888, muitos migraram para áreas de péssimas condições de habitação, conglomerados e cortiços. Sem emprego e ajuda do governo, começaram a ocupar os morros da cidade (MAGALHÃES, 2010).

No século XX, a cidade cresceu de forma desenfreada e o governo não conseguiu acompanhar esse crescimento, causando ainda mais disparidades econômicas entre os habitantes. As favelas cresceram com números ainda maiores que os do resto da cidade como se pode observar com números obtidos através de Magalhães:

Em 1948 o censo já registrava 139 mil pessoas vivendo em favelas (7% da população da Cidade do Rio). Esse percentual aumenta para 10,2% em 1960, 13,3% em 1970, 16% em 1990 e 18,7% em 2000, que representava 1,09 milhões de pessoas (MAGALHÃES, 2010, pág.1).

Após o êxodo rural, a crescente industrialização urbana vivida no Séc. XX, o inchamento das cidades fez com que o Rio de Janeiro acumulasse em uma metrópole mais de 700 favelas, sendo o Complexo da Maré uma das mais populosas, encravada no Centro do Rio de Janeiro (IBGE, 2010).

O uso do termo “favela” aplicado a loteamentos urbanos sem infraestrutura de base, resultantes de ocupação irregular, tem sua origem na Guerra de Canudos, no final do século XIX. Os militares que participaram da campanha, ao retornarem para a capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, passaram a usar a palavra para designar as áreas urbanas mais pobres, numa alusão ao Morro da Favela [VISACRO, 2009]

2.2.2 Indicadores Fisiográficos

A cidade do Rio de Janeiro possuía 160 bairros em 2010, de forma que o bairro Maré foi apontado como o 9º mais populoso. Mudando a escala de análise fisiográfica, a Maré, caso fosse um município, seria o 21º mais populoso do Estado do Rio de Janeiro de acordo com o IBGE (2010).

A população da Maré é majoritariamente jovem: 51,9% têm menos de 30 anos. Assim, se observarmos a faixa etária de 0 a 14 anos, são 34.034 crianças ou 24,5%, isto é, um em cada quatro moradores da Maré. Mudando o intervalo etário para o de 15 a 29 anos, verificam-se 38.088 jovens ou 27,4% do total.

Nos últimos anos, a oferta de escolas de educação infantil e de ensino fundamental na Maré aumentou bastante. Isso ocorreu devido à mobilização de organizações locais -

especialmente as associações de moradores e a Redes da Maré - no movimento chamado “Maré que Queremos”, criado em 2012.

A qualidade dos serviços educacionais continua sendo um problema grave em todas as etapas. É consenso que a qualidade da educação oferecida às crianças e adolescentes decorre tanto de fatores externos quanto internos às escolas. Nesse sentido, crianças e adolescentes da Maré estão, por um lado, sujeitos às deficiências comuns à educação pública brasileira e, de outro, a certas especificidades locais.

Na população de 15 anos ou mais, o percentual de não alfabetizados é de 6,0%. Como é de se esperar, quanto maior a idade, mais alta é a taxa de analfabetismo. Os jovens até 29 anos não passam de 1,5% do total. Já acima de 45 anos, a realidade é bem diferente: na faixa etária de 65 a 69 anos, o analfabetismo atinge uma em cada quatro pessoas. Os resultados sobre a escolaridade dos moradores da Maré confirmam uma realidade preocupante, ainda que já conhecida.

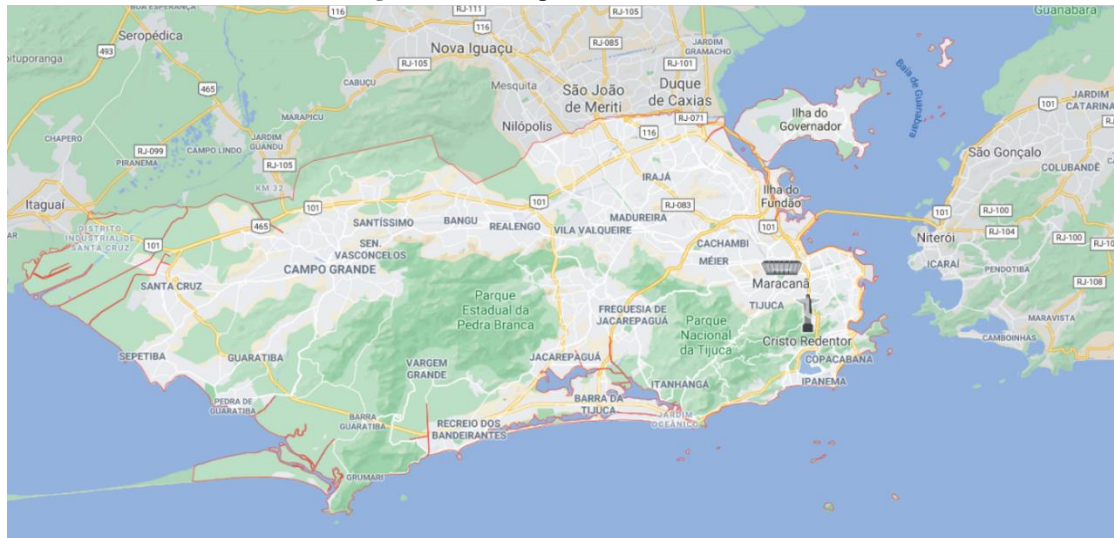
Apenas 37,6% da população completou o ensino fundamental e a metade desses não foi além. Dos que avançaram, quase todos ficaram com o ensino médio completo. Com graduação completa, incluindo as pessoas que cursaram pós-graduação, são aproximadamente, 1,0%. Se observadas somente as pós-graduadas (*stricto sensu*), são necessárias duas casas decimais: 0,03% da população total.

Na última década, houve avanços expressivos nos serviços de atenção primária à saúde em toda a cidade. Segundo informações da Prefeitura, a cobertura do modelo de Saúde da Família na cidade passou de 3,5%, em janeiro de 2009, para 56,8%, em setembro de 2016. Na Maré, os postos de saúde foram transformados em Clínicas da Família e outras duas foram construídas. Além disso, uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) foi implantada na Vila do João. Os resultados do Censo Maré apontam que 87,7% dos moradores não têm cobertura de plano de saúde. Considerando que a renda média da população da Maré é uma das mais baixas da cidade do Rio de Janeiro, era de se esperar que o acesso a serviços de saúde pagos fosse numericamente restrito - 12,0% dos moradores.

Nos termos do IBGE, de um modo geral, a adequação do domicílio é definida pela existência de saneamento básico, de rede de abastecimento de água, de coleta de lixo e da quantidade de moradores por dormitório. Quase todas essas habitações estão localizadas em favelas e periferias e revelam condições críticas quanto à urbanidade. Elas são, sobretudo, expressões das desigualdades sociais. Embora a Maré seja um dos mais populosos conjuntos de favelas do Brasil, são poucos, proporcionalmente, os icônicos barracos de madeira, sem água encanada e sem esgotamento sanitário. Do ponto de vista da existência, sem entrar no mérito

da qualidade, nota-se que a cobertura da coleta de lixo e das redes de água e de esgoto não é tão diferente da média da cidade.

Figura 1- Município do Rio de Janeiro.



FONTE: Google Maps (2021)

De acordo com dados do IBGE, a cidade do Rio de Janeiro possuía 6.320.446 habitantes no último Censo, que foi realizado no ano de 2010, de modo 1.393.314 pessoas residem em 763 favelas de acordo com o levantamento feito em todo o município, representando este número uma média de 22,0% da população carioca.

Ainda correlacionado ao Censo demográfico realizado em 2010, foram contabilizados 135.989 moradores no Complexo da Maré, considerando a comunidade Marcílio Dias, que possui 6.219 pessoas, de acordo com o estudo “Censo Maré”, da instituição Redes da Maré, tendo somado o total de 129.770 residentes da Maré, de forma que este número representa cerca de 9% de toda a população residente em favelas no Rio de Janeiro. Considerando os bairros mais populosos e os conjuntos de favelas conhecidos como bairros, a Maré encontra-se como o 9º bairro mais populoso da cidade.

Em sua formação o Complexo da Maré reúne 15 comunidades, sendo o seu desenvolvimento concretizado entre os anos de 1940 e 2000, por meio de políticas públicas e ocupação espontânea. Assim, de acordo com a Professora Shyrlei Rosendo dos Santos (2016), em sua dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ocupação se deu da seguinte forma:

Tabela 1 – Comunidades integrantes do Complexo da Maré e sua formação.

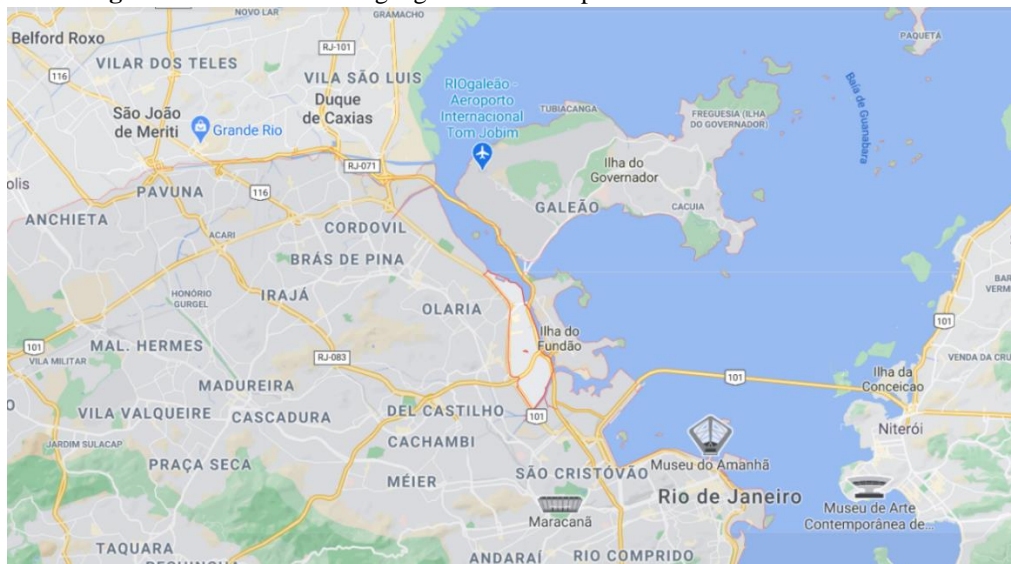
Unidade Territorial	Ano de Fundação	Origem Da Constituição	Programas
Morro Do Timbau	1940	Ocupação Espontânea	-
Baixa Do Sapateiro	1947	Ocupação Espontânea	-
Marcílio Dias	1948	Ocupação Espontânea	-
Parque Maré	1953	Ocupação Espontânea	-
Parque Rubens Vaz	1954	Ocupação Espontânea	-
Parque Roquete Pinto	1955	Ocupação Espontânea	-
Parque União	1961	Ocupação Espontânea	-
Nova Holanda	1962	Intervenção Pública Governo Estadual	Cohab
Praia De Ramos	1962	Intervenção Pública Governo Estadual	Cohab
Conjunto Esperança	1982	Intervenção Pública Governo Federal	Projeto Rio
Vila Do João	1982	Intervenção Pública Governo Federal	Projeto Rio
Vila Dos Pinheiros	1983	Intervenção Pública Governo Federal	Projeto Rio
Conjunto Habitacional Do Pinheiros	1989	Intervenção Pública Governo Federal	Projeto Rio
Conj. Bento Ribeiro Dantas	1992	Intervenção Pública Governo Municipal	Projeto Morar Sem Risco
Nova Maré	1996	Intervenção Pública Governo Municipal	Projeto Morar Sem Risco
Novo Pinheiros (Salsa E Merengue)	2000	Intervenção Pública Governo Municipal	Projeto Morar Sem Risco

FONTE: SANTOS, Shyrlei Rosendo dos (2016)

Posicionado entre importantes vias, o Complexo da Maré é delimitado a Norte pela Praia de Ramos e a Sul pelos rios Dom Carlos e Jacaré. A Oeste seus limites são demarcados

pela Rodovia RJ-071 (Via Expressa Presidente João Goulart - Linha Vermelha) e a Leste pela Avenida Brasil, ainda sendo possível observar que a Avenida Governador Carlos Lacerda (Linha Amarela) intersecciona as comunidades que integram o Complexo. Desta forma, conclui-se que a comunidade está localizada em uma região que permite acesso aos principais destinos da cidade do Rio de Janeiro, como por exemplo, ao desembarcar no Aeroporto do Galeão, um turista tendo como destino o Maracanã ou as principais praias, como Copacabana e Leblon, possivelmente tomaria como rota uma das vias supracitadas.

Figura 2- Posicionamento geográfico do Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro.



FONTE: Google Maps (2021)

2.3 OPERAÇÕES DE NÃO-GUERRA E GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

2.3.1 Garantia da Lei e da Ordem – Ordenamento Jurídico

As Forças Armadas do Brasil têm sua regulamentação a partir da Constituição Federal, sendo que, em seu Art. 142, quanto às Forças Armadas temos que:

Art. 142 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, art. 142)

No Art. 142, portanto está preconizada a constituição das Forças Armadas bem como a sua organização, subordinação e finalidade legal. Dentre as finalidades legais, pode-se perceber que por iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais (Legislativo, Executivo e

Judiciário) as Forças Armadas destinam-se à garantia da Lei e da Ordem. Este dispositivo legal ampara o emprego das tropas militares em operações do tipo GLO.

Ainda de acordo com a CRFB/88, em seu Art. 144 que versa sobre a Segurança Pública, é possível observar a regulamentação de quais são os órgãos públicos responsáveis pela Segurança Pública, dentre eles os mais relevantes para este estudo:

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988, art. 144)

Está disposto ainda no Art. 144, nos parágrafos 5º e 6º as atribuições legais para as polícias militares como o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública para as bem como sua subordinação organizacional, juntamente com os corpos de bombeiros militares, como forças auxiliares e reserva do Exército, bem como sua subordinação aos respectivos Governadores Estaduais e Distritais.

A Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, que versa sobre as normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, prevê que sem o comprometer a destinação constitucional das Forças Armadas, também cabe às FFAA o cumprimento de atribuições subsidiárias explicitadas pela LC 97/99, quais sejam elas:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação: [...] § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal. § 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional (BRASIL, 1999, art. 15)

Na forma desta Lei, seguindo-se os demais parágrafos, os órgãos operacionais das FFAA serão ativados de modo que desenvolverão as ações necessárias, de caráter preventivo e repressivo, para assegurar o resultado das Operações na Garantia da Lei e da Ordem. Para isso, a atuação é regulada de forma episódica – ou seja, não estabelecendo-se como atribuição perene às Forças – em área previamente estabelecida e por tempo limitado.

Após determinado o emprego das Forças Armadas em GLO, medidas administrativas cabíveis devem ser tomadas com a finalidade de permitir o controle operacional dos Órgão de Segurança Pública (OSP).

O controle operacional, para fins de aplicação na Lei, é a conferência do poder à autoridade encarregada das operações, com a finalidade de atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas desempenhadas pelos OSP envolvidos, bem como suas competências legais ou constitucionais. Desta forma, apresentam-se características operacionais interagências neste contexto, como podemos observar nos parágrafos abaixo, todos da LC 97/99:

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins (BRASIL, 1999)

A Lei Complementar Nº 117, de 2 de setembro de 2004 que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias, prevê que:

Art. 17A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

II – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;

III – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução [BRASIL, 2004, art. 17 A]

2.4 A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

2.4.1 Operações de Não-Guerra

De acordo com o Manual de Campanha do Exército Brasileiro, EB70-MC-10.223: “O ambiente operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas, sendo caracterizado pelas dimensões física, humana e informacional” [BRASIL, 2017]

Assim, como pode-se observar na Figura 3, as três dimensões do ambiente operacional estão correlacionadas, sendo que cada uma delas permite influenciar nas demais, de acordo com as decisões tomadas.

Tradicionalmente, o foco da análise do ambiente operacional esteve centrado na dimensão física, considerando a preponderância dos fatores terreno e condições meteorológicas sobre as operações. Atualmente, na análise do ambiente operacional, as três dimensões devem ser igualmente consideradas (BRASIL, 2017)

Figura 3 – Dimensões do Ambiente Operacional.

FONTE: Manual de Campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.223.

De forma concisa, as operações militares têm sua classificação dada quanto às forças empregadas e quanto à sua finalidade, sendo que as forças empregadas podem ser singulares, no caso de uma força apenas, conjuntas, no caso de mais de uma Força, ou combinadas, no caso de exercício entre elementos multinacionais.

Quanto às finalidades as operações podem ser básicas ou complementares. Enquadram-se como “básicas” as operações que podem atingir objetivos determinados em situação de guerra (operações ofensivas e defensivas) ou não guerra (operações de cooperação e coordenação com agências).

Neste contexto, além das OCCA constituírem-se como operações básicas, temos as operações de caráter complementar, que são definidas pelo EB70-MC-13.223 da seguinte forma:

São operações que se destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre. Abrangem, também, operações que, por sua natureza, características e condições em que são conduzidas, exigem especificidades quanto ao seu planejamento, preparação e condução, particularmente, relacionadas às táticas, técnicas e procedimentos (TTP) ou aos meios (pessoal e material) empregados [BRASIL, 2017]

Tabela 2- Classificação das Operações Militares.

Classificação das Operações Militares	
Quanto às forças empregadas	Singulares
	Conjuntas
	Combinadas
Quanto à finalidade	Básicas
	Complementares

Fonte: EB70-MC-13.223 – Manual de Campanha: OPERAÇÕES (2017)

A partir do que se pode inferir no que foi disposto até aqui sobre em que consistem operações militares, toma-se por base não apenas as decisões tomadas no contexto tático, mas também os conjuntos de outros níveis de planejamento que são interligados ao emprego dos militares que estão dispostos no ambiente operacional.

Como pode-se observar na Figura 4, os níveis de planejamento e condução são escalonados na seguinte forma: Político; Estratégico; Operacional e; Tático.

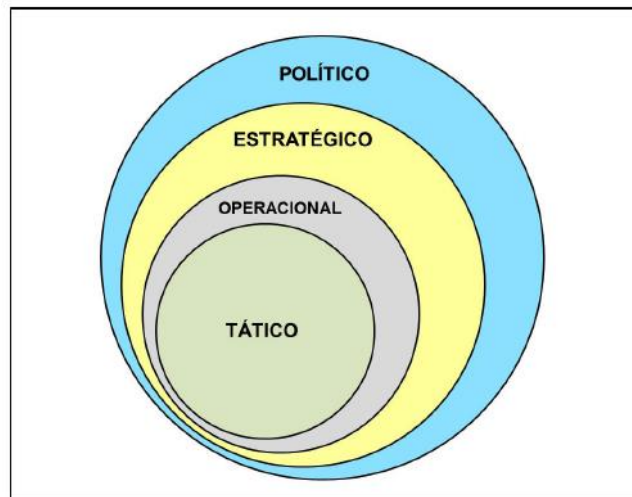
Representado pelo Presidente da República, sendo assessorado pelos seus Ministros de Estado e pelos seus órgãos estatais, cabe ao nível de planejamento político, dentre as diversas atribuições no caso de uma OCCA, estabelecer os objetivos políticos e formular as diretrizes para as ações estratégicas, definindo as limitações ao emprego dos meios militares, bem como o uso do espaço geográfico e os direitos e acordos a serem respeitados. A exemplo, Diretriz Ministerial nº 9/2014, de 31 de março de 2014 foi uma das determinações decorrentes do campo político que estabeleceu a operação no Complexo da Maré.

O nível de planejamento estratégico consiste na condução das operações militares por meio do qual se alcançam os objetivos designados pelo nível citado anteriormente. Assim, dentro de suas atribuições, o planejamento estratégico deve levar em conta os objetivos políticos, o estado final desejado, a estrutura militar a ser estabelecida, as áreas de responsabilidade dos comandos operacionais a serem ativados, os meios e as capacidades adjudicados aos comandos operacionais. Desta forma, dentro do contexto da Operação São Francisco, este aspecto competia ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

No nível operacional são concebidas, planejadas e conduzidas atividades que têm por fim alcançar os objetivos estratégicos. Assim, pode-se observar a condução das atividades operacionais, que dentro das diversas possibilidades, se apresentam no contexto da Operação São Francisco: Comando e Controle (C²); Movimento e Manobra; Inteligência e Logística.

Por fim, no nível tático, foco da discussão deste trabalho, estão compreendidas as ações das forças componentes na área de operações, sendo conduzidas as OCCA, visando a preservação do bem-estar dos cidadãos, bem como a proteção da sociedade.

Figura 4 - Níveis de planejamento e condução das atividades militares.



FONTE: Manual de Campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.223.

No que tange as operações de cooperação e coordenação com agências, pode-se inferir, a partir da doutrina militar vigente, que tais operações ocorrem normalmente em situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em determinadas circunstâncias, como a que é objeto de nosso estudo: a Garantia da Lei e da Ordem.

A operação de GLO é definida pelo EB70-MC-10.223 como uma operação militar conduzida pelas FFAA, de acordo com os dispositivos legais citados anteriormente. Tal operação ocorre de acordo com diretrizes baixadas em ato presidencial que autoriza e formaliza o emprego das tropas diretamente pelo Ministro de Estado da Defesa, onde estabelece a missão, suas condicionantes de emprego e os órgãos envolvidos, dando as demais informações necessárias.

Das características das OCCA, destacam-se para o presente estudo, as seguintes: o uso limitado da força; o caráter episódico; o ambiente complexo; a influência dos atores não estatais sobre as operações; e coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais.

Desta maneira, houve a participação de OSP, órgãos do Poder Executivo, Judiciário e do Ministério Público, além de outras agências, com a finalidade de atingir um objetivo comum previamente estabelecido pela diretriz ministerial No do Ministro de Estado da Defesa.

Figura 5- O Ambiente Organizacional Interagências

FONTE: Manual de Campanha do Exército Brasileiro EB20-MC-10.201.

Com a finalidade de estabelecer prescrições acerca da conduta dos integrantes da operação em questão em contato com a população local, foram estabelecidas regras de engajamento específicas.

As regras de engajamento consistem em normas de procedimento e conduta previamente estabelecidas no nível ministerial, adequadas ao emprego da Força Terrestre no ambiente operacional em questão, considerando as peculiaridades. O intuito deste documento é orientar o preparo e o emprego da tropa que está desdobrada na área de operações.

Desta forma, cada comandante, em seu nível específico, estabelece regras de acordo com as ações a serem desenvolvidas por suas tropas, podendo tais regras serem mais restritivas, quanto às ações, quando se mostrar necessário.

Assim, as regras de engajamento devem considerar três premissas básicas dentro das peculiaridades de cada operação: proporcionalidade, razoabilidade e legalidade. Proporcionalidade, pois o emprego da força deve ser proporcional ao nível de resistência demonstrado pela força adversa. Razoabilidade, uma vez que se deve empregar os meios militares de forma ponderada a fim de evitar efeito colateral negativo sobre a população. Por fim, legalidade, de forma que é imprescindível que as tropas mantenham plena observância sobre os dispositivos legais que regem as ações no contexto das operações.

De acordo com o Manual EB20-MC-10.201:

Dentro outras prescrições, as normas devem incluir:

- Definição de procedimentos para a tropa, buscando abranger o maior número de situações possíveis;

- Proteção prevista para os integrantes dos vetores (civis e militares) envolvidos;
- Preservação da integridade da população local e de bens na A Op/ TO; e
- Consolidação dessas regras, em documento próprio – Anexo ao Plano de Coordenação Interagências, com difusão para todos os militares e civis envolvidos na operação [BRASIL,2017]

2.4.2 Missões desenvolvidas por um Pelotão de Fuzileiros

Considerando-se as operações desenvolvidas e planejada no nível tático, pode-se considerar todas as ações desenvolvidas pelas tropas na Área de Operações. Assim, todas as ações planejadas e operacionalizadas pela Força de Pacificação São Francisco estão alinhadas neste contexto.

Para melhor compreensão do objetivo final deste trabalho de conclusão de curso, serão apresentados a seguir conceitos preconizados no Manual de Campanha “C85-1”, bem como as Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) adotados pelos níveis que compuseram a F Pac São Francisco.

Como já explorado anteriormente, as Op GLO são conduzidas pelas Forças Armadas a partir de decisão do PR, respeitando as premissas básicas: ocorrer de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo determinado, com o propósito de assegurar a paz social e o funcionamento da ordem pública.

Uma vez estabelecida uma forma paralela de poder por uma F Adv – Pessoas, Grupos ou Organizações que possam comprometer o funcionamento das instituições estatais a partir de suas ações –, um conjunto de regras formais, as leis, deixam de ser respeitadas, desfazendo o clima de convivência harmoniosa e pacífica entre os componentes da sociedade, assim o uso do poder de polícia constitui uma condição ou situação que conduz ao bem comum, a preservação da Ordem Pública.

Tendo em vista o conceito de Ordem Pública, os OSP garantem que o Estado proporcione a Nação a ausência de prejuízo aos direitos do cidadão por meio de eficiente funcionamento de tais órgãos ou de medidas extraordinárias, como as citadas anteriormente com relação ao acionamento das Op GLO.

De acordo com o Código Tributário Nacional, em seu Art. 78, está disposta a definição legal acerca do que se considera Poder de Polícia:

Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos [BRASIL, 1966, art. 78]

Portanto, baseado no ato legal da autoridade que determinou a atuação das tropas federais no determinado contexto, são executadas ações repressivas com a finalidade de apoiar os OSP regionais e reestabelecer as garantias constitucionais da população.

Assim, levando-se em conta o conteúdo anteriormente exposto, dentre as operações possíveis a serem desempenhadas por uma tropa de valor Pelotão, na Área de Operações, estão as Operações do Tipo Polícia, que têm por objetivo controlar a população, proporcionando segurança à tropa, aos serviços essenciais à população e às vias de Transporte. Para isso as ações têm, ainda, como possibilidade isolar a F Adv, seus apoios e impedir que seus elementos saiam de uma área, com a finalidade de diminuir a capacidade de atuação da F Adv, realizando apreensão de material e suprimento, com o propósito de reestabelecer o controle das áreas previamente ocupadas pelas F Adv e APOP.

Dentre outras missões, as que foram destacadas na pesquisa conduzida com militares que participaram da Op. São Francisco, sendo atribuições de um Pelotão de Fuzileiro, consistem nas seguintes operações: Posto de Bloqueio e Controle de Vias (PBCV), Posto de Segurança Estático (PSE), Operação de Controle de Distúrbios (OCD), Patrulhamento Intensivo (Pa Ints) e as Operações de Busca e Apreensão (OBA).

2.4.2.1 Posto de Bloqueio e Controle de Vias

O PBCV é estabelecido com a finalidade de controlar o fluxo populacional na área de operações. A partir do controle do fluxo populacional, podem ser enumeradas outras possibilidades para o PBCV, como prevê o C81-5, como a captura de APOP, isolamento da F Adv na área de operações, impedimento da entrada de apoio e reforços às F Adv e restrição da liberdade de movimento de membros das F Adv.

Desta forma, pode-se considerar que os PBCV são executados de duas formas: Permanente com a finalidade de prestar a segurança e o isolamento de forma ostensiva em vias de acesso às áreas de interesse da F Pac; e inopinado, que ocorrem com elevada rapidez e de forma enérgica, com a finalidade de capturar elementos predeterminados das F Adv que estejam transitando por determinada via, sua ocorrência se dá baseada em informes repassados pelo C² da F Pac.

A constituição de um PBCV se dá a partir de três grupos – Grupo de Via, Grupo de Reação e Grupo de Patrulha – de forma que cada grupo possui uma equipe responsável por uma atividade específica.

2.4.2.2 Posto de Segurança Estático

De acordo com o manual EB70-MC-10.219 – Operações de Paz – o PSE é uma operação de ocupação e segurança, de uma instalação ou de uma área, com objetivo de impedir a ação de uma F Adv, assegurando sua integridade e perfeito funcionamento.

Ponto sensível é uma instalação, pública ou privada, cujo funcionamento é primordial para a população local, regional ou nacional, ou para o funcionamento de órgãos ou estruturas governamentais, ou, ainda, para as operações militares.

A tropa deve proteger as instalações, evitando que haja danos, paralisação ou destruição das mesmas. A necessidade da colaboração dos funcionários do ponto sensível, tanto no planejamento como na seleção e no cadastro dos colaboradores exige o uso de intérpretes na operação.

2.4.2.3 Operação de Busca e Apreensão

As operações de busca e apreensão destinam-se a aprisionar membros da F Adv e apreender seu material, armamento, munição e outros materiais de posse não permitida à população e restringir a liberdade de ação da F Adv.

Assim, de como versa o C85-1 – Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem – as intervenções de busca e apreensão devem ser efetivadas em plena conformidade com os dispositivos legais de garantia das pessoas, mandados de busca e apreensão, visando preservar a observância sobre a lei. Se for considerada a possibilidade de efetuar revista em pessoas, o grupo de revista e identificação deve contar com militares do sexo feminino.

2.4.2.4 Operação de Controle de Distúrbios

Tais ações são frequentemente utilizadas em operações de GLO e podem ser executadas em circunstância de normalidade. Ainda de acordo com o C85-1, os meios da F Ter só devem ser empregados em ações de controle de distúrbios após tentativas dos meios da Polícia Militar ou quando o distúrbio ocorrer em área sujeita à administração militar.

As tropas que forem dar cumprimento as ações de controle de distúrbios devem empregar equipamento adequado e armamento com munição não letal. O armamento convencional só deve ser empregado em situações de risco para a tropa empregada.

2.4.2.5 Escolta de comboio

Escolta de comboio é realizada por uma fração em apoio ao transporte de material ou de pessoal. De acordo com o manual EB70-MC-10.219 – Operações de Paz – a missão deve ser desencadeada com o reconhecimento antecipado do material ou pessoal a ser escoltado e do itinerário a ser cursado.

O comboio deve ser organizado com meios suficientes (equipe Mnt, suprimentos e outros) para atender circunstâncias atribuladas. Ressalta-se a acuidade do princípio da unidade de comando para o cumprimento da missão.

Em comboios com muitas conduções, deve-se intercalar esquadras ou GC (uso de frações constituídas) entre um determinado número de veículos a serem comboiados.

2.4.2.6 Manutenção de ponto forte

Um ponto forte é, de acordo com o EB70-MC-10.223 – Manual de Operações –, uma posição altamente fortificada e apoiada em um acidente natural do terreno para deter, dividir ou desviar a direção de forças inimigas de valor ponderável ou impedir o seu acesso a determinada área ou infraestrutura. Geralmente, os pontos fortes estabelecidos ao longo de vias de acesso trazem benefício acentuado para o inimigo.

Primeiramente, estes devem apoiar-se em solo restritivo ao movimento ou em tropas amigas em seus flancos. O ponto forte é, basicamente, uma posição defensiva de difícil aquisição. Assim, o oponente não pode ultrapassá-lo sem sofrer relevante desgaste, pois o obriga a realizar vários ataques para conquistá-lo. Normalmente, a defesa em ponto forte adota o dispositivo de defesa circular.

2.4.2.7 Patrulhamento Intensivo

O Patrulhamento Intensivo é uma forma de manutenção da lei e da ordem que possui a finalidade de evitar que as áreas pacificadas voltem ao controle das F Adv, assim tal medida proporciona proteção à população.

Ao final das operações, à proporção que as tropas da F Pac forem retiradas da Área de Operações, os OSP assumem esse encargo até que haja o total desengajamento das tropas federais, como está previsto no EB70-CI-11.434 – Caderno de Instruções de Técnicas Táticas e Procedimentos de Operações em Ambiente Urbano.

2.5 DESAFIOS DO EMPREGO DA TROPA

A fim de pacificar o Complexo da Maré, o Governador do Estado do Rio de Janeiro à época, Sérgio Cabral Filho, acionou o dispositivo legal de Garantia da Lei e da Ordem. A intenção inicial foi a ocupação das 15 comunidades com o objetivo de garantir que não houvesse influência das facções presentes – Milícia, Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro – como pode-se observar no infográfico da figura 6.



Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=33059#prettyPhoto> – acessado em 03 de janeiro de 2021.

Assim, Estado-Maior Conjunto da Força de Pacificação estabeleceu a seguinte Área de Operações, sendo definido que o setor norte (verde) seria ocupado pela FT Velame, o setor Centro-Norte (vermelho) seria ocupado pela FT SD, o setor Centro-Sul (amarelo) seria ocupado pela FT Afonsos e o setor Sul (azul) seria ocupado pela FT Op Fuz Nav.

Figura 7 – Delimitação da Área de Operações da F Pac São Francisco.

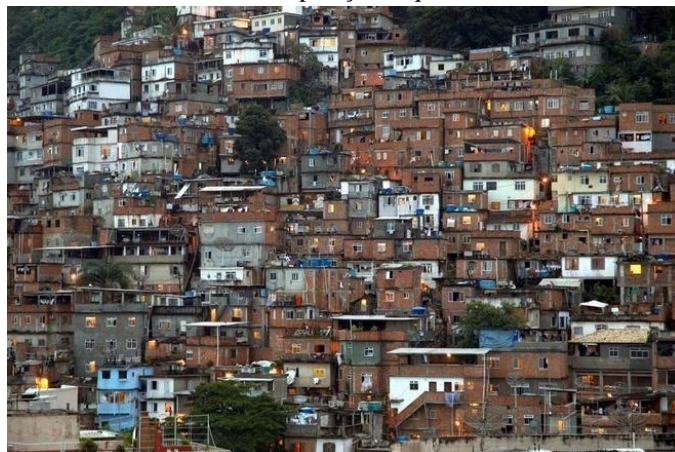


Fonte: Google Earth – Edição de imagem do próprio autor (2021)

Como explorado anteriormente, o ambiente operacional em questão pode ser classificado, de acordo com o manual de Operações do Exército Brasileiro, em três dimensões: física, informacional e humana.

Percebe-se que, relacionado à dimensão física, a complexidade da disposição de ruas e vielas, o relevo alteroso e a localização entre vias de rápido acesso como rotas de fuga, faz com que as F Adv possam ter vantagem tática com relação ao terreno, ocupando acidentes capitais que permitem a observação das tropas, estabelecimento de rotas de fuga em superfície e subterrâneas, além do homizio de material em cachês, como armamentos, munições e outros tipos de ilícitos com a finalidade de prover a logística da Or Crim instalada naquela região.

Figura 8 - Dimensão Física – A disposição arquitetônica da Área de Operações.



Fonte: FGV (2013)

As peculiaridades do ambiente operacional na sua dimensão física devem ser bem compreendidas pelos comandantes dos diversos escalões, sendo que o comandante de pelotão deve estabelecer para a sua tropa as Medidas de Coordenação e controle específicas para aquela

missão, além das Técnicas Táticas e Procedimentos padrões, a fim de facilitar a coordenação e o controle da sua fração.

Tendo em vista o terreno, já exposto anteriormente, pode-se observar que o ambiente operacional é extremamente compartimentado, de modo que um pelotão pode ser fragmentado em até 4 GC, de modo que cada GC estabelece domínio sobre uma via de acesso, ao avançar por eixo de progressão. Desta forma observa-se a importância da utilização de meios rádio e o detalhamento das ações a serem desenvolvidas pelas pequenas frações, uma vez que o emprego destes meios evita o fratricídio e a exposição desnecessária da tropa às vantagens que a F Adv possui, como prévio conhecimento do terreno.

Figura 9- Dados sobre a intervenção na Maré 2014



Fonte: Redes da maré (2017)

De acordo com o manual EB70-MC-10.223, Manual de Campanha de Operações, (5ª Ed, 2017) a dimensão informacional pode ser definida como a dimensão que abrange os sistemas utilizados para obtenção, produção, difusão e atuação sobre a informação. Tal dimensão merece destaque, uma vez que as mudanças sociais estão baseadas na maior capacidade de transmissão, acesso e compartilhamento da informação.

Dessa forma, o conflito pode ser identificado nesta parte como a disputa pelo domínio da narrativa e pelo convencimento da população local de que as tropas estão a favor ou contra a população, de acordo com os interesses dos beligerantes. Pode-se observar que, no caso específico em análise, não há beligerantes estatais e sim um Estado que se propõe a dirimir ações de Organizações Criminosas que são impostas à sociedade local, à comunidade, já enraizadas naquele contexto há décadas, como citado anteriormente.

Tomando por base a figura 9, pode-se observar que o contexto da análise das informações dispostas leva a concluir que a população não se sente segura no período em que

se desenvolvem as operações, além de ser possível inferir que seletivamente a população negra é alvo de revistas e que esta não é uma prática comum em outros pontos da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, como pode-se observar na Figura 10, um infográfico do Ministério da Defesa, os resultados das operações desenvolvidas pela FPac foram extremamente positivos sendo levado em conta o objetivo final da operação, que é pacificar a área em questão. Assim, dentre prisões e apreensões, os 14 meses de atuação da tropa podem ser avaliados de formas diferentes em narrativas que possuem os mais diversos objetivos.

Figura 10- Força de Pacificação



Fonte: Ministério da Defesa (2015)

Tendo em vista tal contexto operativo, a ampla utilização das Operações Psicológicas e da Comunicação Social se fez imprescindível para o bom andamento das ações desenvolvidas pela tropa na sua Z Aç.

Como lição apreendida, uma TTP utilizada pelos pelotões, que consta atualmente no Caderno de Instrução EB70-CI-11.434 – Caderno de instrução de Técnicas Táticas e Procedimentos em Operações em Ambiente Urbano – a ampla utilização de equipamentos eletrônicos que possuem a capacidade de gravação de vídeo deverá sempre ser empregada com a finalidade de registrar e recolher provas para posterior apresentação em tribunais, com a finalidade de comprovar a legitimidade e plena observância das regras de engajamento e leis vigentes.

A utilização de máquinas fotográficas e de filmagem, de gravadores e de outros aparelhos serão particularmente úteis para esse fim, considerando a dificuldade de memorização que, naturalmente, apresentam os observadores em tais situações. Da mesma forma, os registros de foto e filmagem, que definam claramente a conduta da tropa, devem ser também providenciados, a fim de resguardar os militares empregados nas OCD contra acusações futuras (BRASIL, 2020)

O ambiente operacional urbano possui particularidades que dificultam o emprego da tropa em sua plena capacidade. Diferente dos conflitos do Séc. XX em que os combates travados em cidades acabavam por vezes vitimando centenas de milhares de inocentes, atualmente deve-se levar em conta o efeito colateral das operações militares sobre a população civil.

O desenvolvimento das operações militares, a fim pacificar a área em questão, ocorre com grande proximidade à população de forma que este um desafio diretamente proporcional aos enfrentados na dimensão informacional.

Torna-se imperativo, portanto, reconhecer que o campo de batalha, na Era da Informação, não se restringe apenas à sua dimensão física, pois incorpora também uma dimensão humana e outra informacional. Na verdade, a disputa travada no âmbito dessas duas últimas dimensões tem se sobreposto, em importância, ao tradicional enfrentamento no domínio físico [VISACRO, 2019]

Uma vez que a população demonstra apoio às tropas desdobradas no terreno, o efeito colateral das operações militares é reduzido por conta da colaboração dos próprios Hab Loc. O contrário também pode ser levado em conta a medida em que as ações da tropa desencadearem efeitos negativos sobre a vida cotidiana da população, desta forma perde-se o apoio dos Hab Loc e as Or Crim aumentam sua vantagem sobre as ações do Estado, afinal o estado de normalidade das zonas a serem pacificadas é estar sobre domínio de tais Or Crim.

Como conclusão temos que a tridimensionalidade da área em que se desenvolvem as operações estão além da capacidade de emprego do poder bélico e o tradicional domínio físico das estruturas e das zonas de influência das tropas.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia utilizada foi baseada em leituras para aprofundamento do tema proposto, estudo histórico geográfico e elaboração prévia um instrumento para a coleta de dados e experiência. Na elaboração, procurou-se garantir a execução da pesquisa de forma cronológica para melhor compreensão das etapas estabelecidas do estudo.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O trabalho realizado trata-se de uma pesquisa exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico e entrevista com pessoas experientes no tema pesquisado.

3.2 MÉTODOS

Foi utilizada uma metodologia de pesquisa exploratória, onde foram acessados manuais do Exército Brasileiro, referências históricas, bem como banco de dados eletrônicos, que continham artigos de relevância para o tema estudado.

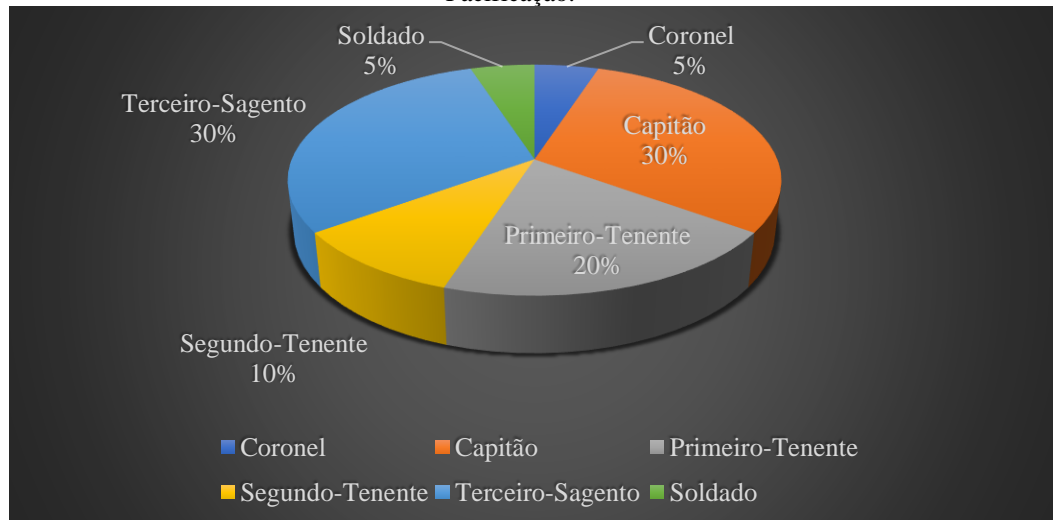
Por fim, confrontou-se com os dados obtidos na entrevista, realizada previamente, com os militares que atuaram nesse cenário de prática. Vislumbrando analisar a atuação dos Pelotões de Fuzileiros de Infantaria nas operações de GLO, dando-se ênfase à Operação São Francisco, no contexto de operações do tipo polícia, desencadeada no Complexo da Maré, a fim de apresentar o resultado das ações como benefícios para a sociedade civil.

4 RESULTADO DA DISCUSSÃO

O questionário elaborado foi baseado em questões de relevância para a temática, aprovado previamente pelo orientador. Participaram da entrevista 20 pessoas, a coleta foi realizada no período de janeiro a março de 2021. Foi utilizado a plataforma digital do Google Forms. Será apontado os principais gráficos para discussão do tema.

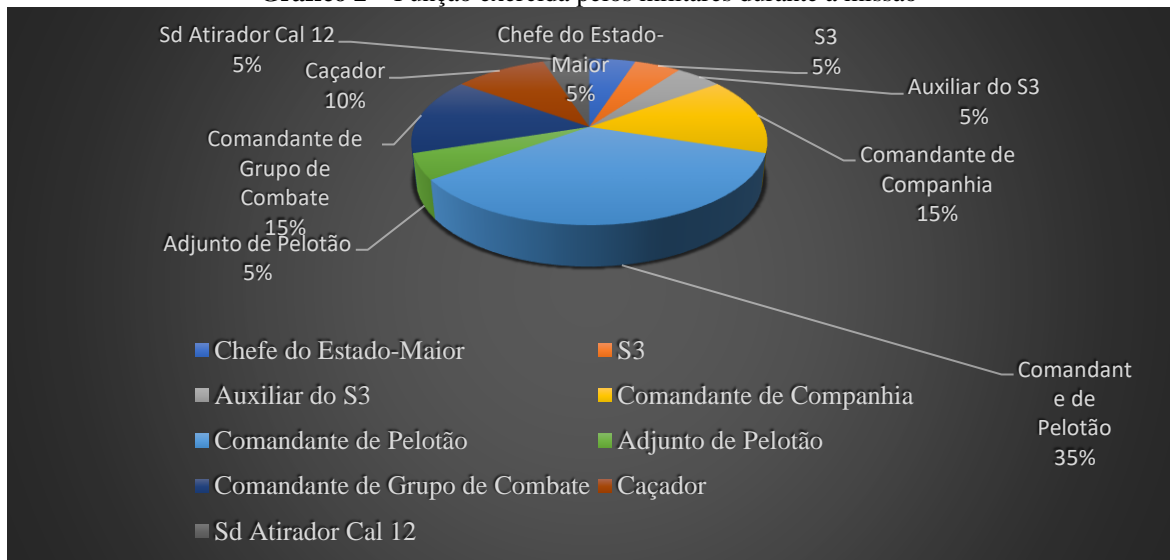
Quanto ao Posto ou Graduação no período da missão, foi observado entre os entrevistados 30% Capitão e Terceiro-Sargento, 20% Primeiro-Tenente, 10% Segundo-Tenente e 5% Coronel e Soldado. Quanto aos entrevistados, pode-se observar no universo em questão que houve distribuição uniforme de respostas nos círculos hierárquicos, dando maior relevância à pesquisa.

Gráfico 1 - Posto ou Graduação do entrevistado, durante o período em que foi integrante da Força Pacificação.



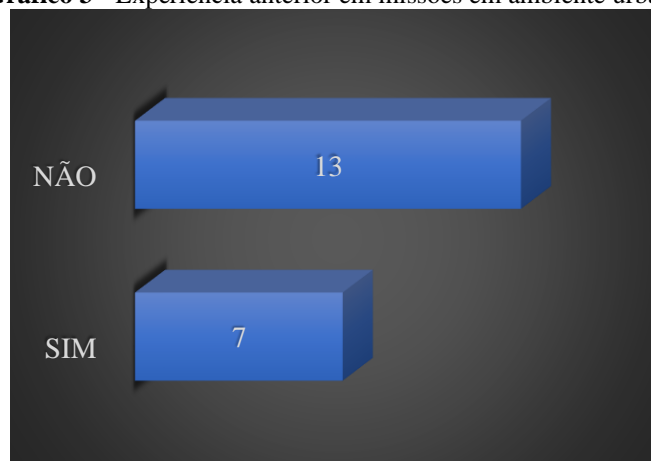
Fonte: Elaboração Própria (2021)

No gráfico 02, foi observado a função desempenhada durante a missão. Destacou-se com 35% a função de Comandante de Pelotão, em seguida, Comandante de Grupo de Combate e de Companhia (15%), Caçador (10%) e com 5%, Adjunto de Pelotão, Sd atirador de Cal 12, Comandante da Terceira Seção (S3), Auxiliar do S3 e Chefe do Estado-Maior. Desta forma, a amostra analisada endossa os estudos conduzidos com a finalidade de analisar o emprego do Pelotão de Fuzileiros, uma vez que 70% dos entrevistados estiveram desdobrados no terreno por conta das missões conferidas à sua função, sendo estes: Comandante de Companhia, Comandante de Pelotão, Caçador e Sd Atirador de Calibre 12.

Gráfico 2 – Função exercida pelos militares durante a missão

Fonte: Elaboração Própria (2021)

Quanto a atuação anterior em missão em ambiente urbano, foi observado que 65% (13 pessoas) não atuaram em outra missão e 35% (7 pessoas) já possuíam experiência em missão em ambiente urbano. Portanto percebe-se que o fato de o militar ter experiência neste tipo de missão não foi fator preponderante como critério de seleção dos integrantes desta missão.

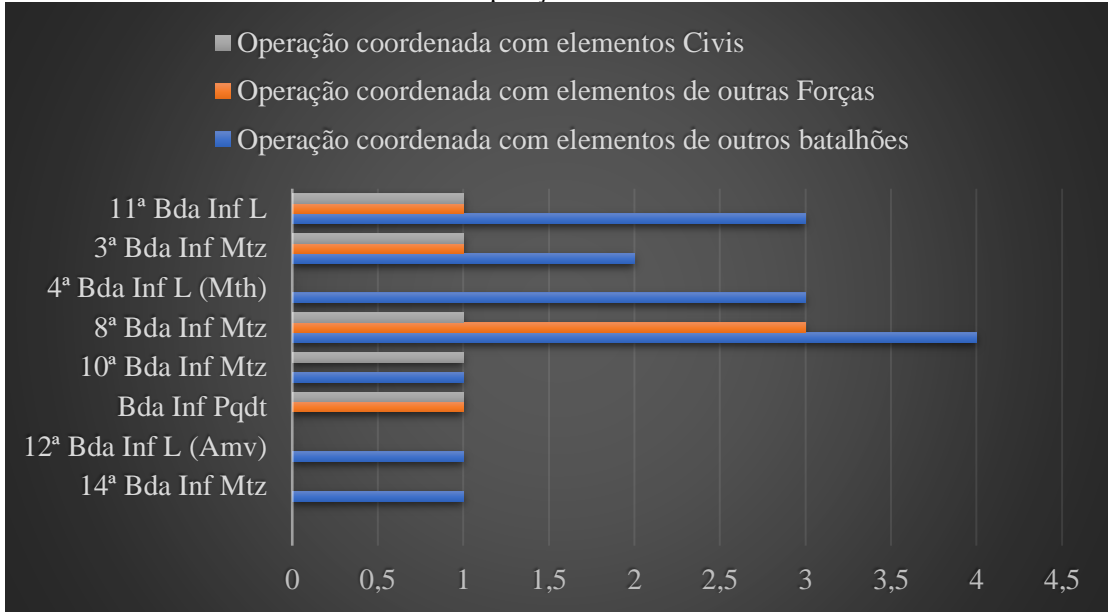
Gráfico 3 - Experiência anterior em missões em ambiente urbano

Fonte: Elaboração Própria (2021)

Quanto as operações realizadas com maior frequência, se destacou Operação coordenada com elementos de outros batalhões em todas as tropas, exceto na Bda Inf Pqdt. Com a mesma porcentagem de Operação coordenada com elementos Civis e outras forças nas seguintes tropas; 11ª Bda Inf L, 3ª Bda Inf Mtz, 8ª Bda Inf Mtz e Bda Inf Pqdt. Tais dados levam a concluir que, exceto a Bda Inf Pqdt que foi a primeira tropa a ser desdobrada no terreno, sendo o seu contingente composto inteiramente por elementos da Bda Inf Pqdt,

os demais contingentes, formados pelas Brigadas de Infantaria subsequentes, presenciaram a operação do tipo OCCA.

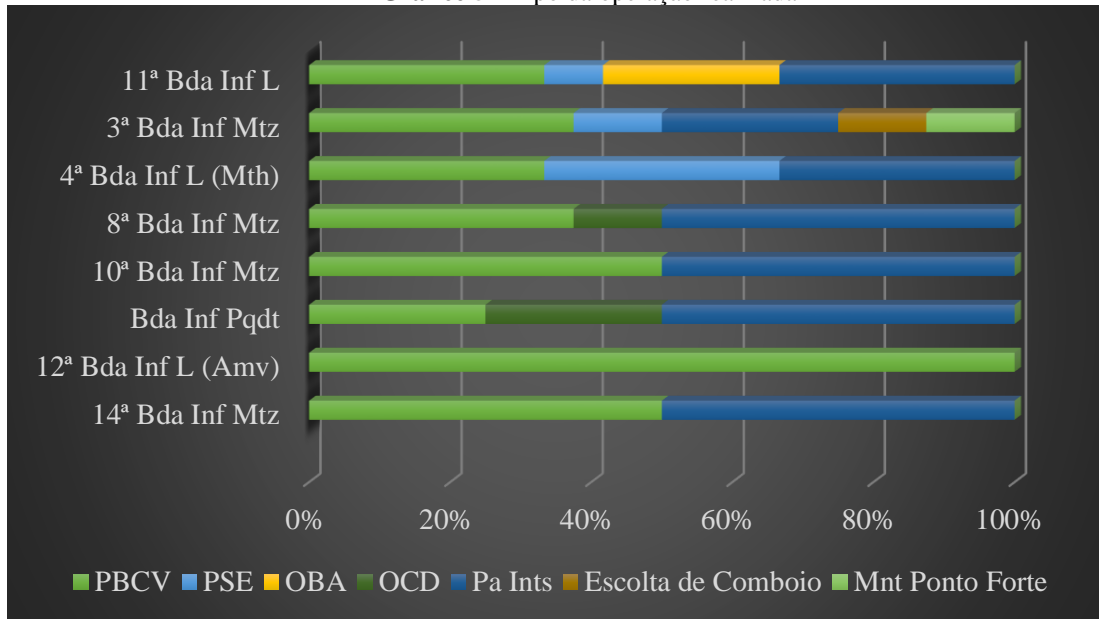
Gráfico 4 - Natureza de Operação Coordenada com demais elementos



Fonte: Elaboração Própria (2021)

Quanto ao tipo de operação realizada se destacou PBCV, sendo que os entrevistados da 12ª Bda InfL (Amv) responderam 100%, seguido por 10ª Bda Inf Mtz e 14ª Bda Inf Mtz com 50%. Outra operação em destaque foi Pa Ost, sendo 100% dos entrevistados da 8ª Bda Inf Mtz e 50% dos entrevistados da 14ª Bda Inf, Bda Inf Pqdt, 10ª Bda Inf Mtz.

Gráfico 5 - Tipo da operação realizada



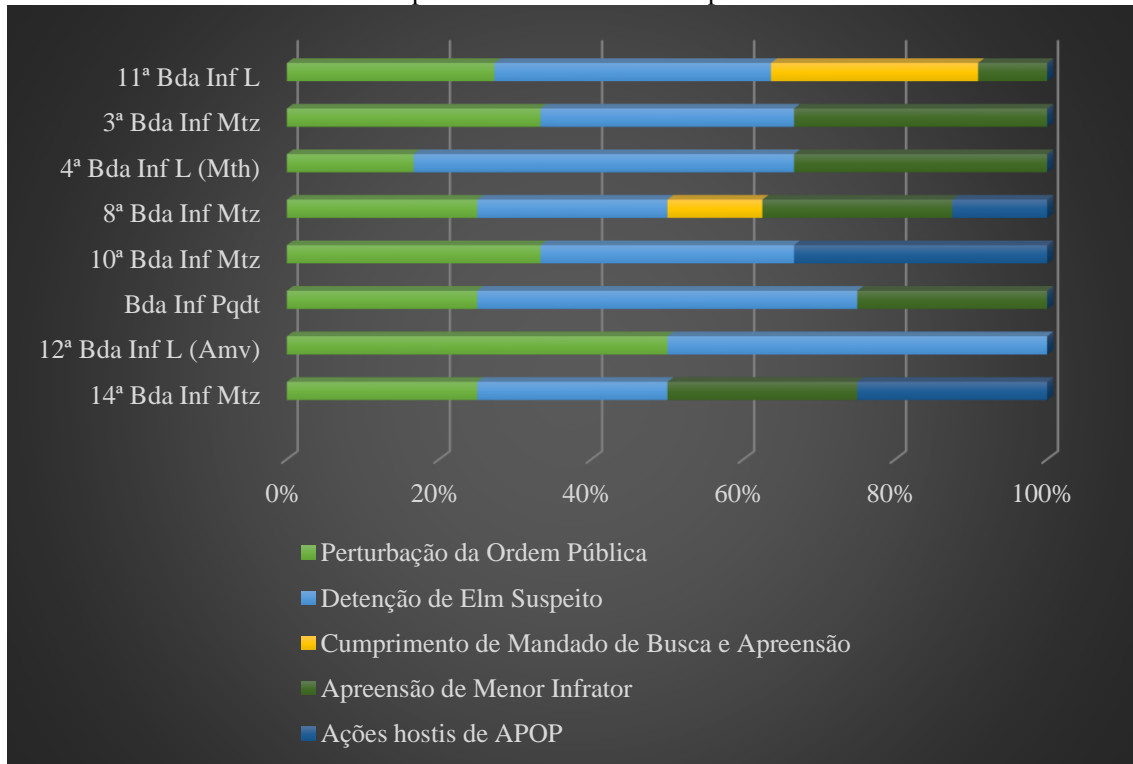
Fonte: Elaboração Própria (2021)

Das ocorrências mais comuns durante a missão se destacou ações hostis de APOP. Sendo 50% dos entrevistados da 8ª Bda Inf Mtz, 12ª Bda Inf L (Amv), Bda Inf Pqdt, 4ª Bda Inf L (Mth).

Esse dado correlacionado com a teoria demonstra que as operações de GLO se desenvolvem basicamente de acordo com as necessidades dos OSP no combate às F Adv que exercem domínio sobre as Áreas de Operações. Dessa forma, as operações desenvolvidas pelas Forças Federais são basicamente operações do tipo Polícia.

Como pode ser observado também no gráfico 7, que explora o tipo de ocorrência relatada pelos entrevistados, todos relatam detenção de elemento suspeito ou apreensão de menor infrator. Exceto em corroborando com o fato de que as operações do tipo polícia resultam na condução dos elementos das F Adv, ou APOP, para a manutenção da Garantia da Lei e da Ordem na área de operações.

Gráfico 6 - Tipo de ocorrências relatadas pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração Própria (2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a função dos Pelotões de Fuzileiros de Infantaria na F Pac São Francisco, na Garantia da Lei e da Ordem, a fim de apresentar o resultado das ações como benefícios para a sociedade civil.

Buscou-se mostrar que o Exército Brasileiro durante a Operação São Francisco atuou dentro dos limites legais e utilizando-se plenamente dos dispositivos doutrinários que balizam as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Demonstrando assim a capacidade profissional do Exército Brasileiro em executar operações do tipo GLO, assim como está preconizado como atribuição constitucional das Forças Armadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Identificou-se que o processo é complexo e vinculados a outros tipos de operações, principalmente as operações do tipo polícia, as Forças Armadas executam atividades que estão plenamente ligadas às capacidades dos Órgãos de Segurança Pública, como os patrulhamentos intensivos e os PBCV, além dos números apresentados pelo Ministério da Defesa como resultado das Operações desenvolvidas entre 2014 e 2015 no Complexo da Maré.

Assim, foram computadas, ao longo dos 14 meses de operação com a participação de 2.500 militares, de acordo com registros do Ministério da Defesa, 83.000 ações que resultaram em 13.000 atendimentos em ações sociais, 3.000 atendimentos pelo canal “disque-pacificação”, 807 prisões, 254 apreensões de menores infratores e 1.356 apreensões, sendo 149 veículos, 3884 munições e 58 armas, além de drogas outros tipos de ilícitos.

Além disso, como resultado a operação, de acordo com Marcelo de Barros Campos, Mestre em Direito pela Universidade Cândido Mendes, apesar de a Força de Pacificação salientar que a segurança é apenas um dos itens a serem seguidos para a restauração da paz social e do domínio do Estado sobre a área em questão, houve redução do uso ostensivo de armas e comércio de drogas por meio das facções, demonstrando domínio do Estado sobre a área anteriormente dominada pelas Or Crim.

Tendo em vista tal fato, a taxa anual de homicídios da região caiu e 21,24 pessoas mortas por 100 mil habitantes para 5,33 pessoas mortas por 100 mil habitantes, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP).

A partir do discutido, é possível concluir que as operações militares isoladamente não constituem benefício duradouro para a sociedade, uma vez que necessitam estratégias integradas de segurança pública para prosseguimento da pacificação da área em questão no estudo.

As ações repressivas executadas pelas tropas tiveram resultado positivo dentro das capacidades e competências atribuídas às Forças Armadas. Sendo assim, o Pelotão de Fuzileiros desdobrado no ambiente urbano se opôs às Organizações Criminosas com a finalidade de coibir e combater o Crime Organizado, permitindo a restauração da paz, garantindo a lei e a ordem, levando em consideração o estrito cumprimento do dever constitucional, tendo em vista a legalidade, a proporcionalidade e a razoabilidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Introdução à história marítima brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- BRASIL. EXÉRCITO. **Operações de Manutenção da Paz. C 95-1**. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1998.
- BRASIL. EXÉRCITO. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem. C 85-1**. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2010.
- BRASIL. EXÉRCITO. **Operações em Ambiente Interagências. EB20-MC-10.201**. 1. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2013.
- BRASIL. EXÉRCITO. **Operações de Paz. EB70-MC-10.219**. 3. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2017.
- BRASIL. EXÉRCITO. **Operações. EB70-MC-13.223**. 5. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2017.
- IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- MARÉ, R. D., 2020. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- VISACRO, A. **Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História**. São Paulo: Contexto, 2009.
- VISACRO, A. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário direcionado aos militares que integraram a Força de Pacificação São Francisco
Operação no Complexo da Maré.

Este formulário tem por objetivo analisar dados disponibilizados por militares de infantaria que participaram de missões no contexto da Operação São Francisco, no Complexo da Maré, no período de 04/2014 a 03/2015. Vale ressaltar que as informações serão exclusivamente para a análise de gráficos e condução de um estudo que tem por objetivo demonstrar a importância das ações de um Pel Fuz em Operações de Não-Guerra. Os dados pessoais não serão revelados por ocasião da publicação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Observação: Perguntas de resposta obrigatória possuem o asterisco. (*)

1. Endereço de e-mail *

2. Posto/graduação *

3. Posto/graduação no período da missão (2014/2015) *

4. Função que desempenhava durante a missão: *

Marcar apenas uma.

Cmt Cia

Cmt Pel

Adj Pel

Cmt GC

Outro: _____

5. O senhor esteve em outra missão anteriormente a esta? (Haiti / Complexo do Alemão) *

Marcar apenas uma.

Sim

Não

6. Tropa em que estava integrado durante a missão *

Marque todas que se aplicam.

Bda Inf Pqdt

6ª Bda Inf Bld

4ª Bda Inf Mth

11ª Bda Inf L

14ª Bda Inf Mtz

10ª Bda Inf Mtz

Outro: _____

7. Das opções abaixo, quais foram realizadas com maior frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- Operação coordenada com elementos de outros Batalhões
- Operação coordenada com elementos de outras Forças
- Operação coordenada com elementos Civis

8. Das operações características de infantaria, quais foram realizadas com maior frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- PBCE/PBCVU
- PSE
- OBA
- OCD
- Pa Ints e revista
- Outro: _____

9. As instruções recebidas no período de formação (ESA/AMAN) foram suficientes para conduzir de forma satisfatória a fração do senhor? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

10. Das atividades abaixo ministrados durante a AMAN/ESA, quais conhecimentos foram mais importantes durante a missão? *

Marque todas que se aplicam.

- Direito (Legislação e Regras de Engajamento)
- Tiro
- TFM
- SIEsp
- Técnicas Táticas e Procedimentos de Infantaria
- Outro: _____

11. Das atividades abaixo, quais o senhor acredita que deveriam ser ministrados durante a formação na AMAN/ESA com maior ênfase, tendo em vista o ambiente operacional em questão? *

Marque todas que se aplicam.

- TC3 (Tactical Combat Casualty Care) - APH em combate
- Tiro de ação reflexa
- TFM específico
- Investimento em localidade
- Técnicas Táticas e Procedimentos de Infantaria
- Direito
- Outro: _____

12. O adestramento conduzido na OM/Bda que integrava, anteriormente à missão, foram suficientes para conduzir de forma satisfatória a fração do senhor?

Marcar apenas uma.

Sim

Não

13. Qual foi a instrução mais importante durante o adestramento?

14. Das ocorrências abaixo, quais foram mais comuns durante a missão: *

Marque todas que se aplicam.

Perturbação da Ordem Pública

Cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão

Apreensão de menor praticando delitos

Detenção de suspeitos

Outro: _____

15. Há alguma experiência ou situação relevante que possa ser compartilhada por ocasião desta pesquisa?

16. Dos fatores estressores em combate, quais foram os mais percebidos. *

Marque todas que se aplicam.

Estresse físico

Estresse mental

Privação de sono

Restrição de água

Restrição de alimentos

Ambiente operacional hostil

Oposição dos Hab Loc

Peso do equipamento

Outro: _____

17. Existe alguma experiência ou lição aprendida em combate sobre o emprego de um Pel Fuz Inf, especificamente em missões de patrulhamento ostensivo e seu emprego com poder de polícia, que o senhor gostaria de compartilhar para a melhor compreensão do ambiente operacional e Teatro de Operações em que atropa se encontrava no período descrito?

18. Autorizo a utilização destes dados para a análise e publicação no Trabalho de Conclusão de Curso.*

Marcar apenas uma.

Sim

Não